

Procuradoria-Geral do Estado do Pará.  
Processo Seletivo para Estágio 2022.

## DIREITO

1. Acerca da teoria do poder constituinte, julgue os itens abaixo:

I - Lei anterior não pode ser objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade à luz da Constituição de 1988, de acordo com a Jurisprudência do STF.

II - O poder constituinte derivado reformador, também chamado de poder constituinte difuso, refere-se às mutações constitucionais.

III - Se o conteúdo for compatível, a norma anterior será recepcionada, mesmo que sua forma não seja mais admitida pela Constituição superveniente.

Assinale a opção CORRETA:

- (a) Apenas o item I está correto.
- (b) Apenas o item II está correto.
- (c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (d) Todos os itens estão corretos.

2. De acordo com os preceitos da Administração Pública regidos na Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar que:

(a) A administração pública obedecerá aos princípios da eficiência, impessoalidade, legalidade, moralidade e publicidade.

(b) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

(c) O prazo de validade do concurso público será de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período.

(d) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

3. Considerando as disposições pertinentes à Procuradoria-Geral do Estado do Pará, julgue os itens abaixo:

I – A Procuradoria-Geral do Estado do Pará é órgão da Administração indireta estadual, vinculada diretamente ao Gabinete do Governador do Estado.

II – É função básica da PGE-PA zelar pela constitucionalidade dos atos da Administração Pública e pela observância dos princípios constitucionais a ela aplicáveis.

III – A União é representada em Juízo, ativa ou passivamente, pela Advocacia-Geral da União, diretamente ou mediante órgão vinculado, os Estados, pelos seus Procuradores e os Municípios, pelos respectivos prefeitos ou procuradores.

IV – À PGE-PA não compete exercer atividades de consultoria jurídica do Poder Executivo.

Assinale a opção CORRETA:

- (a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (b) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- (c) Apenas os itens II, III e IV estão errados.
- (d) Apenas os itens I e IV estão errados.

4. No que diz respeito à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens abaixo:

I - O direito brasileiro adota a teoria do risco integral e não admite causas excludentes de responsabilidade. Assim, o Estado do Pará se torna um segurador universal no caso de danos causados a particulares.

II - Para que haja a responsabilidade objetiva, nos moldes do texto constitucional, o particular lesado deverá demonstrar o dolo ou a culpa da Administração, em qualquer de suas modalidades: negligência, imprudência e imperícia.

III - A Teoria do Risco Administrativo admite causas excludentes de responsabilidade como caso fortuito, força maior e culpa exclusiva da vítima.

IV - O servidor público responde perante a Administração por seus atos, de acordo com a teoria da responsabilidade subjetiva.

Assinale a opção CORRETA:

- (a) Todos os itens estão corretos
- (b) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- (c) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (d) Todos os itens estão errados.

5. É CORRETO afirmar que:

- (a) Os empregados públicos estão sujeitos ao regime estatutário e ocupam emprego público.
- (b) O provimento dos cargos em comissão depende de concurso público de provas e títulos.
- (c) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- (d) é garantido aos servidores públicos civis o direito à livre associação sindical.

6. Assinale a opção CORRETA, a respeito da administração direta e indireta:

- (a) É permitida a criação de autarquias por ato administrativo, se houver urgência em descentralizar o poder estatal e formalizar atividades administrativas em caráter emergencial.
- (b) A Administração Indireta é oriunda de processo de descentralização administrativa, mediante a instituição de entidades tais como as autarquias, em regra destinadas a executar serviços públicos de natureza social e atividades típicas da administração.
- (c) A administração direta compreende os órgãos e as pessoas jurídicas de direito público que prestam serviços típicos do Estado; no âmbito estadual, integram a administração direta as Secretarias e as autarquias.

(d) As sociedades de economia mista que exploram atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas e não integram a Administração Pública.

7. Em relação ao cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública, aponte a alternativa CORRETA:

(a) Quando se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá à executada declarar, em 5 (cinco) dias, o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição.

(b) Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 60 (sessenta) dias.

(c) No cumprimento de sentença que impuser à Fazenda Pública o dever de pagar quantia certa, o exequente não precisa apresentar, desde logo, a atualização do crédito exequendo.

(d) Tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento.

8. O benefício da contagem em dobro do prazo para manifestações da fazenda pública:

(a) se aplica no âmbito dos juizados especiais da fazenda pública.

(b) não se aplica para a contestação em ação popular.

(c) se aplica aos procuradores de sociedades de economia mista.

(d) não se aplica aos procuradores de fundações de direito público.

9. O princípio da inafastabilidade da jurisdição determina que:

(a) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

(b) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

(c) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

(d) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

10. Julgue os itens abaixo:

I – Mesmo que seja possível a citação, a petição inicial será indeferida se não indicar os nomes e os prenomes do réu.

II – O Autor poderá, até a apresentação da contestação pelo réu, aditar o pedido ou a causa de pedir, independentemente do consentimento deste.

III – Na contestação, incumbe ao réu especificar as provas que pretende produzir.

IV – Não se presumem verdadeiras as alegações de fato constantes da peça inicial, ainda que não impugnadas especificamente pelo réu, quando estiverem em contradição com a defesa considerada em seu conjunto.

Assinale a opção CORRETA:

(a) Apenas os itens I e II estão corretos.

(b) Apenas o item III está correto.

(c) Apenas os itens II e III estão corretos.

(d) Apenas os itens III e IV estão corretos.

GABARITO:

1. C
2. C
3. D
4. C
5. D
6. B
7. D
8. B
9. C
10. D